



SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 319, DE 2010
(REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010-CRE)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações junto ao senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva:

1. De que forma os cortes que serão impostos pela sua pasta interferem no Orçamento de projetos estratégicos para o país no âmbito do Comando da Marinha. Especificamente:

a) Programa de construção do submarino nuclear e montagem de um reator a água leve, de pequeno porte, em Aramar, São Paulo;

b) Licitação em curso para a aquisição de três navios-patrulha de 1.850 toneladas (com mais duas opções em aberto);

c) Compromissos já firmados com fornecedores para o projeto de helicópteros antissubmarinos Sikorsky SH-60 Seahawk;

d) Lançamento de licitação para a aquisição de três escoltas de 6.500 toneladas;

e) Continuação do ProAntar.

2. Simultaneamente, peço que detalhe o impacto das restrições orçamentárias nos seguintes programas do Comando do Exército e da Aeronáutica:

e) Desenvolvimento e fabricação de um veículo blindado sobre rodas;

f) Aquisição de mísseis antiaéreos leves;

g) Fabricação no Brasil de helicópteros de transporte médio de tecnologia francesa;

h) Programa F-X2 para aquisição de uma aeronave avançada de combate supersônica;

i) Desenvolvimento do avião de transporte médio KC-390;

j) Continuação do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), ligado ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA).

JUSTIFICAÇÃO

Na área de Segurança e Defesa Nacional a política de restrição orçamentária deve seguir critérios cuidadosos, que não interfiram com os interesses maiores do País. Alguns desses programas, como o da aquisição dos navios-patrolha de 1.850 toneladas, são indispensáveis para a proteção das reservas petrolíferas do Pré-Sal. Em outros, como o da compra dos helicópteros SH-60, já houve desembolsos importantes que serão perdidos caso haja descontinuidade no processo. Por último, alguns dos projetos, como o KC-390, da Embraer, permitem ampla geração de empregos por meio de exportação a países interessados. São informações necessárias para que possamos avaliar o impacto dos cortes na progressão da Estratégia Nacional de Defesa, que chegou para exame do Senado depois de aprovada pela Câmara dos Deputados. Por sua relevância política e econômica, solicito que este requerimento seja aprovado.

Sala da Comissão, 25 de março de 2010.



Senador **EDUARDO AZEREDO**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010 - CRE,

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 25 / 03 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GEOVANI BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) (PRESIDENTE)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL-CRE

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

O primeiro item, vou entrar primeiro aqui no requerimento que foi apresentado ontem, ainda por... De minha autoria.

Requerimento. *"Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, "a", 216 e 217 do Regimento Interno do Senado, as seguintes informações junto ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva: de que forma os cortes que serão impostos pela sua pasta interferem no orçamento de projetos estratégicos para o país no âmbito do Comando da Marinha?*

Especificamente: Programa de construção do submarino nuclear e montagem de um reator a água leve, de pequeno porte, em Aramar, São Paulo; b) licitação em curso para a aquisição de três navios-patrolha de 1.850 toneladas; c) compromissos já firmados com fornecedores para o projeto de helicópteros antisubmarinos Sikorsky Seahawk; d) lançamento de licitação para a aquisição de três escoltas; e) Continuação do PROANTAR.

O Item 2. Simultaneamente, peço que detalhe o impacto das restrições orçamentárias nos seguintes programas do Comando do Exército e da Aeronáutica: desenvolvimento e fabricação de veículo blindado sobre rodas para o Exército; aquisição de mísseis antiaéreos leves; fabricação no Brasil de helicópteros de transporte médio de tecnologia francesa; programa F-X2 para aquisição de uma aeronave avançada de combate supersônica; desenvolvimento do avião de transporte médio KC-390; continuação do desenvolvimento do veículo lançador de satélites pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, ligado ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial-CTA.

Na justificativa, declaro que "Na área de Segurança e Defesa Nacional a política de restrição orçamentária deve seguir critérios cuidadosos, que não interfiram com os interesses maiores do País.

Alguns desses programas, como o da aquisição dos navios-patrolha de 1.850 toneladas, são indispensáveis para a proteção das reservas petrolíferas. Em outros, como o da compra dos helicópteros SH-60, já houve desembolsos importantes que serão perdidos caso haja descontinuidade no processo. Por último, alguns dos projetos, como o KC-390, da EMBRAER, permitem ampla geração de empregos por meio de exportação a países interessados.

São informações necessárias para que possamos avaliar o impacto dos cortes na progressão da Estratégia Nacional de Defesa que está nesse Senado para exame, depois que foi aprovada pela Câmara dos Deputados."

A Estratégia Nacional de Defesa foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça ainda ontem.

"Por sua relevância política e econômica solicito que esse requerimento seja aprovado."

Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti, com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a Presidência desta Comissão, V. Exa., no tocante à importância desse requerimento. Esse requerimento é de fundamental importância estratégica para o país.

Nós não podemos admitir, permitir, que cortes orçamentários atinjam programas que são programas estratégicos de defesa.

Não adianta ter pré-sal, não adianta ter riqueza, é a mesma coisa que a pessoa ter um patrimônio e não preservá-lo, ter um dinheiro e deixar ao relento.

Na verdade, a preocupação de V. Exa. é uma preocupação estratégica, eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Realmente são vários projetos, projetos já em andamento e a sua interrupção trará prejuízos maiores para o país, além da questão específica da defesa, que é nossa responsabilidade acompanharmos.

Portanto, precisamos de ter informações do Ministério do Planejamento sobre esses cortes. Ainda sobre o avião de carga o KC-390, da EMBRAER, eu quero também lembrar que na última semana, em companhia dos Senadores Sadi Cassol e Cristovam Buarque, e também de oito deputados, nós estivemos em São José dos Campos visitando a EMBRAER, e podemos ver todo o projeto desse novo avião.

Além de visitar as instalações da EMBRAER, que são mesmo, um grande orgulho para o país, podemos ver o sucesso dessa empresa que foi privatizada ainda em 94, no fim de 94, portanto, nem toda privatização pode ser demonizada, se não fosse a privatização, provavelmente a EMBRAER não estaria no porte que está. Foi importante a participação estatal no início, mas depois, quando no seu crescimento, essa privatização se mostrou extremamente adequada.

Podemos também no dia irmos a Itajubá, já em Minas Gerais, onde foi dado início ao processo de ampliação da fábrica da HELIBRAS, que vai fabricar helicópteros de grande porte, de até 25 passageiros; uma encomenda de 50 helicópteros para, também, as Forças Armadas, são helicópteros de tecnologia francesa, que dão continuidade à fabricação que já existe lá, do porte(F), de menor porte.

O investimento chega a ordem de 400 milhões de reais nessa ampliação da fábrica de helicópteros.

Portanto, é o polo aeronáutico de São José dos Campos, de aviação, e o polo aeronáutico de Itajubá, na área dos helicópteros.

Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco, portanto, em votação a aprovação desse requerimento. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

O Item 01 da pauta, trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 475, que o relator é o Senador Augusto Botelho, o próprio senador pediu que retirasse de pauta, não estando aqui presente, portanto estará retirado de pauta.

O Item 02, relator Senador Roberto Cavalcanti, trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2009, que *"Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008."*

(À Mesa, para decisão)

Publicado no DSF, de 8/4/2010.